

FINANÇAS PÚBLICAS

Títulos causam novo atrito entre Senado e BC

ACM recusa pedido de Malan para definir prazo de envio de pedidos de emissão por governos

CLÁUDIA CARNEIRO
e JOSÉ RAMOS

BRASÍLIA — A crise entre o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), e a equipe econômica do governo sobre os pedidos de rolagem de dívida do município e do Estado do Rio ganhou mais um capítulo. Quarta-feira, ACM rejeitou pedido do ministro da Fazenda, Pedro Malan, para que o Senado defina prazos para Estados e municípios enviarem pedidos de emissão de títulos ao Banco Central.

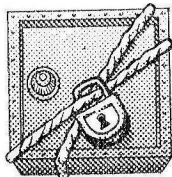
Em carta ao senador, Malan pedia que os governos sejam obrigados a mandar os pedidos de rolagem pelo menos 45 dias antes do vencimento do primeiro lote de papéis. "O Senado não vai se meter nisso", avisou ACM, ao receber o ofício, em que o ministro explicava que o atraso do BC na remessa de documentos ao Senado, responsável por autorizar os empréstimos, deve-se à negligência dos governos estaduais e municipais, que enviam documentação incompleta.

Na semana passada, ACM enviou carta a Malan reclamando dos constantes atrasos e avisando que não permitiria mais que projetos fossem aprovados sem análise. "O Senado não mais se responsabilizará quando os pedidos vierem em cima da hora." A promessa foi cumprida quinta-feira da semana passada: ele se recusou a incluir na

pauta de votação os dois pedidos de rolagem do Rio, aprovados horas antes pela Comissão de Assuntos Econômicos. Os projetos só foram votados quarta-feira, o que obrigou os governos estadual e municipal a resgatar parte dos títulos que venciam terça-feira.

ACM disse que o Senado não pode fazer um exame perfeito dos pedidos de emissão de títulos se não tiver prazo de 25 dias. Ele sugeriu que o próprio BC, que tem poder normativo, estabeleça prazos para o envio de pedidos. "O Banco Central já legisla sobre muita coisa e pode fazer isso também."

O novo capítulo da briga entre ACM e a equipe econômica começou com a CPI dos Títulos, quando Senado e BC trocaram acusações sobre a responsabilidade pela emissão irregular de papéis. Os senadores reclamavam que o BC não fazia relatórios conclusivos e o banco argumentava que cabe aos senadores a decisão de autorizar a emissão.



Senador: "O BC já legisla sobre muita coisa, pode fazer isso também"